

Ser ou não ser em nome de Deus —

notas sobre uma missão LGBTI
em Uganda

To be or not to be in the name
of God — notes on a LGBTI mission
in Uganda

ARAMIS LUIS SILVA

Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pós-doutorado pelo Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com bolsa pela CAPES. É pesquisador/colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e pesquisador do Grupo Religiões e Esfera Pública (CEBRAP/FAPESP).

aramisluis@uol.com.br

RESUMO: O trabalho a seguir apresenta sumariamente o contexto social de implementação e desenvolvimento de uma igreja evangélica da Metropolitan Community Churches, em Uganda. A meta é demonstrar como essa dita empresa religiosa surge, modela-se e atua em um específico campo de forças discursivas orientado a redefinir, epistemológica e politicamente, conceitos como religião e homossexualidade. O texto foi construído a partir do esforço de contextualizar, por meio de fontes documentais e jornalísticas, informações preliminares obtidas em entrevista realizada com liderança religiosa local.

PALAVRAS-CHAVE: Uganda; Homofobia; Igrejas de Comunidade Metropolitana.

ABSTRACT: The following work briefly presents the social context of implementation and development of the Evangelical mission of the Metropolitan Community Churches in Uganda. Its goal is to demonstrate how this religious enterprise emerges, models and acts in a specific field of forces oriented to epistemologically and politically redefine concepts such as religion and homosexuality. This text has been constructed based on the effort of contextualizing the preliminary information obtained in an interview with a local religious leader through documentary and journalistic sources.

KEYWORDS: Uganda; Homophobia; Metropolitan Community Churches.

Introdução — Conectando-se à Uganda

Um dos espaços sociais mais desafiadores do fenômeno missionário cristão contemporâneo em África é a República de Uganda. País situado a leste do continente, na região dos Grandes Lagos, Uganda é palco também para o desenvolvimento de uma empresa evangelista regional *sui generis*: uma missão da *Metropolitan Community Churches* (MCC), uma organização evangélica fundada em 1968, nos Estados Unidos, que se autodenomina e é reconhecida em várias partes do mundo como uma “igreja inclusiva”.

A designação remete a um fenômeno ministerial cristão que se desenvolve com considerável intensidade e impacto em múltiplos contextos urbanos ocidentais desde as últimas décadas do século passado. Inspirada por uma série de teologias liberais, sobretudo a feminista e a teologia negra, o foco deste tipo de aparelho eclesiástico é atingir, abranger e congregar populações segregadas de uma vida comunitária cristã por conta, principalmente, de questões morais relacionadas a práticas e identidades sexuais.

Apostando numa comunicação de efeitos mais simples e diretos, basta dizer que uma missão inclusiva da MCC em Uganda significa a edificação de uma igreja para lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans e intersexuais (LGBTIs) em um dos países mais institucionalmente homofóbicos do mundo. Sokari Ekine, por exemplo, lembra que Uganda, ao lado da Nigéria e, em menor medida, do Malawi, esteve nos últimos anos no centro de um “movimento anti-queer, fazendo repetidamente passar a homofobia de Estado através de legislações recorrentes” (2016, p. 10)¹.

Na trilha sugerida por Marcelo Natividade (2008), e seguida por Maranhão Filho (2016), a categoria de “inclusividade” precisa ser encarada, seja aqui no Brasil, como eles bem observaram e demonstraram, ou em qualquer outro contexto nacional, como pretendemos tornar evidente a seguir, como um termo êmico, isto é, uma categoria de comunicação manejada em campos sociais em franca mutação e em permanente disputa por suas significações.

Desse modo, na contramão de abordagens que criptografam nos contemporâneos estudos dos fenômenos religiosos toda ordem de teologias, nossa meta é apresentar sumariamente, neste estudo de caso, o contexto social de implementação e desenvolvimento da missão evangélica da MCC em Uganda a fim de demonstrar, de maneira preliminar, como essa dita empresa religiosa surge, modela-se e atua em um específico campo de forças orien-

tado a redefinir, epistemológica e politicamente, conceitos como religião e homossexualidade.

Dito de outra maneira, ao invés de nos valermos aprioristicamente de determinadas categorias para dar inteligibilidade a específicos cenários sociais, como se os sentidos desses termos estivessem encravados em palavras, estamos nos propondo, ao contrário disso, a descrever quais são os contemporâneos modos de produção e circulação desses sentidos em contextos cada vez mais marcados por intensos fluxos informacionais transnacionais, como evidenciaremos no contexto da instalação da MCC em Uganda.

Esta frente de pesquisa, vinculada a um projeto maior², teve início durante a Conferência Geral da MCC, realizada entre os dias 4 e 8 de julho de 2016, em Victoria, capital da Colúmbia Britânica, no Canadá. Lá, assistimos a uma apresentação de Julius Kaggwa sobre seu ativismo em Uganda³, país sob ameaça da promulgação de um pacote de leis que endureceria as penas dos crimes relacionados à homossexualidade já tipificados em seu código penal e ainda criminalizaria a defesa pública das relações entre pessoas do mesmo sexo, inclusive os debates e ações públicas de grupos de ativistas.

De acordo com o relatório anual de 2016 da *Human Rights Watch*⁴, embora a Corte Constitucional de Uganda tenha anulado, em 2014, as leis anti-homossexualidade promulgadas no mesmo ano pelo presidente Yoweri Museveni, persiste a preocupação de que projetos legais ou mecanismos administrativos repressivos e restritivos equivalentes sejam instaurados, uma vez que o debate público persiste e é ampla e enraizada a homofobia e a transfobia⁵ no tecido social e nos aparelhos de Estado. Vale citar a pesquisa de opinião pública divulgada em 2013 pela *Pew Research Center*, *think tank* ligada à organização não governamental norte-americana *The Pew Charitable Trusts*, informando que 96% da população de Uganda considera que a homossexualidade não deve ser aceita no país⁶.

A preocupação com o clima de hostilidade frente à temática é partilhada por outras entidades internacionais como a Anistia Internacional e a *OutRight Internacional*, conhecida antigamente como *International Gay and Lesbian Human Rights Commission*, e organizações locais como a *Human Rights Awareness and Promotion Forum* (HRAPF) e a *Sexual Minorities Uganda* (SMUG).

No relatório de 2017, a *Human Rights Watch* volta a relatar a arbitrariedade estatal, desta vez, ao denunciar a ação da polícia, em 4 de agosto de 2016, durante invasão ao evento vinculado à celebração do Orgulho Gay em Kampala, quando autoridades policiais prenderam, bateram e humilharam

participantes, violando seus direitos de associação e reunião⁷. O *website* da *OutRight Internacional*, informa que a ativista Kasha Jacqueline “twitou” na ocasião: “Nossa Parada do Orgulho foi invadida pela polícia. Prisões foram feitas. Pessoas espancadas. 1 em estado crítico por ter pulado do prédio para evitar a prisão⁸”.

Ainda no Canadá, em uma breve conversa em um coquetel oferecido para os participantes-bolsistas do evento⁹, Julius, um convidado dos organizadores da conferência, nos teceu um sucinto relato sobre a existência de uma MCC em Kampala, capital do país com mais de 1,5 milhão de habitantes e cenário, nos últimos anos, de crescentes perseguições públicas e várias formas de hostilidades e violências exercidas por civis e representantes do Estado contra pessoas que se identificam ou são identificadas como LGBTIs. À primeira vista, Uganda nos parecia um ambiente improvável para uma igreja como a MCC. Para circunstanciar os fatos, vale lembrar que, em abril de 2016, a SMUG publicou *“And That’s How I Survived Being Killed”: Testimonies of Human Rights Abuses from Uganda’s Sexual and Gender Minorities*, relatório registrando “264 casos verificados de perseguições de indivíduos LGBTIs com base em orientação sexual ou identidade de gênero¹⁰”.

Dos 264 casos documentados neste relatório, 48 envolveram atos de violência, incluindo 35 casos envolvendo ameaças físicas ou ataques violentos e 13 casos de tortura pelo Estado. A maior proporção de casos documentados envolveu intimidação, com 84 casos, enquanto 73 envolveram perda de propriedade (incluindo perda de emprego, propriedade física e despejo) e 59 envolveram exclusão social (incluindo discriminação no acesso a cuidados de saúde, discriminação comunitária e banimento familiar) — tudo o que o governo ugandense não conseguiu investigar¹¹.

De volta ao Brasil, e com a ajuda de Cristiano Valério, pastor e coordenador da MCC no Brasil (Igrejas da Comunidade Metropolitana — ICMs), tratamos de estabelecer contato pela internet com lideranças religiosas de Uganda, que, por conta de recursos limitados, não puderam comparecer ao evento canadense. Esse movimento nos levou até Junior Jose, também ativista pelos direitos LGBTs, como ele mesmo se define, e pastor da *God Is Grace MCC Uganda* (Igreja da Comunidade Metropolitana de Uganda — Deus É Graça), segundo ele, a primeira e única igreja inclusiva do país. Aos 27 anos, filho

e neto de evangélicos, Junior é também professor numa escola pública da sua cidade.

A aproximação começou pelo Facebook e essa rede social tornou-se nosso meio de comunicação. Após o contato inicial, enviei, em outubro, um questionário escrito em inglês, uma das línguas oficiais de Uganda¹², uma ex-colônia britânica, determinado a angariar a maior quantidade de informações sobre sua trajetória, história da formação da sua comunidade inclusiva, seus pontos de vistas acerca do contexto político e social ugandense e seus vínculos emocionais e materiais com a matriz da MCC, localizada nos Estados Unidos.

Mediante a ausência dessas respostas, tentamos conversas por Skype, que também foram inviabilizadas devido a problemas de rede. A partir de janeiro, iniciamos então uma série de encontros esporádicos e informais pelo sistema de troca de mensagens do Facebook, que ele acessa via seu celular. Sem hora marcada ou pauta definida, quando nos encontramos aleatoriamente on-line, praticamente todos os dias, estabelecemos um cordial diálogo a partir de poucas questões abertas que estão ajudando a captar, pouco a pouco, as percepções e estratégias de enunciação desse pastor, que embora tão jovem, já teria conhecido o pior da vida, como ele mesmo formula e destaca¹³.

Dessa forma, Junior Jose passa a ser apresentado, não como um personagem referido à ordem dos fatos, mas como fruto de um relato construído entre o cruzamento dos interesses e perspectivas desta autoria, que pretende revelá-lo e situá-lo em um contexto mais amplo, e dele mesmo, um sujeito que, a partir de sua própria perspectiva, deseja tornar-se conhecido e inteligível para um público além do seu universo, mas perceptivelmente cioso em controlar o nosso acesso a esse mundo. E assim, nos nossos constantes encontros, ele nos fornece elementos para remontarmos eventos, uma estrutura temporal que os organiza e um significado a eles associados. Isto é, a partir desses encontros na rede, estão sendo tecidas narrativas, e este texto privilegia algumas delas.

É dessa forma que ficamos sabendo que, por conta das suas atividades religiosas e políticas em prol das ditas pessoas LGBTIs — ações nominalmente distintas, embora intercambiáveis analiticamente, como demonstraremos adiante —, Junior Jose, sob a ameaça da legislação anti-homossexualidade, precisou se mudar inúmeras vezes de domicílio e, inclusive, exilou-se em Ruanda. Na sua terra natal, fora duas vezes encarcerado, e sob custódia do Estado, ele diz, foi torturado e estuprado na prisão,

tendo sido contaminado pelo vírus HIV. Hoje fora da cadeia, ele permanece sendo processado. O crime que organiza o seu drama? Segundo ele nos conta, falar e rezar em nome das pessoas LGBTIs.



IMAGEM 1: **Junior Jose, à esquerda, em ação educativa junto a alunos de escola de Uganda.** Foto: Arquivo pessoal JJ

Um campo de batalha, várias linhas de força

Junior Jose nos informa que divide sua rotina de professor de escola pública de Kampala, capital de Uganda, com suas atividades de pastor da *God Is Grace* — MCC Uganda, uma das 45 “igrejas emergentes” da *Metropolitan Community Churches* espalhadas pelo mundo e a qual ele abriu aplicando, inicialmente, recursos próprios. O *status* de “emergente” refere-se às comunidades que seguem no processo de se filiar definitivamente à rede de igrejas. Somam-se a elas 160 igrejas afiliadas em 33 países, distribuídos em sete regiões: além de África e América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Ásia, Australásia, Caribe, Américas Central e do Sul e Europa¹⁴. Na África, a MCC está presente também na África do Sul, na Nigéria e no Quênia.

Congregando 35 membros, entre eles mais três lideranças pastorais, a agenda da MCC Uganda é intensa, segundo Junior. Em múltiplas ativida-

des, ele nos conta que lá se reúnem 12 homens identificados como gays, nove lésbicas, dois homens trans e 13 heterossexuais. As segundas-feiras são dedicadas à formação dos jovens. As quartas, aos estudos bíblicos. Quintas e também sábados, às sessões de aconselhamento e orientação espiritual. Nas sextas, é a vez dos grupos de suporte e orientação para os casados. Os domingos, como em todas as MCCs pelo mundo, são dias de culto e louvor. Tudo isso, organizado dentro de um modesto barracão de finas paredes metálicas pintadas de azul, que recentemente teve de ter seu telhado reformado por conta de goteiras, como o pastor nos relata por meio de suas frases curtas e diretas.

A MCC Uganda, funcionando em um país onde 39,3% se declaram católicos, 32% anglicanos e 13,7% muçulmanos¹⁵, foi oficialmente fundada no dia 8 de maio de 2016, depois de Junior ter aceitado o desafio de encabeçar o processo de abertura de uma comunidade em Kampala, sugerido por um reverendo da MCC e amigo. Mas as relações do pastor com a MCC, que hoje lhe ofereceria esporadicamente suporte financeiro para o pagamento do aluguel do barracão transformado em casa de adoração, remontam aos tempos de sua formação enquanto professor escolar. Circulando para além dos limites da sua comunidade primária e expostos a novas redes, o filho (de pai) e neto (de avó) de pregadores evangélicos tornou-se um admirador e membro à distância da igreja norte-americana que, se no passado foi conhecida



IMAGEM 2: Vista parcial do barracão, sede oficial da God Is Grace MCC Uganda.



IMAGEM 3: MCC Uganda em dia de culto. Foto: Arquivo pessoal JJ

como a “igreja gay” e, mais tarde, como uma “igreja inclusiva”, atualmente se nomeia e pretende se tornar mundialmente conhecida como a Igreja dos Direitos Humanos¹⁶ e ecumênica.

Fundada por Troy Perry, um pastor de formação batista expulso de sua igreja por ter se identificado como homossexual, a MCC surge em 1968 como uma desestabilizadora novidade no cenário teológico americano, entre outras denominações. Ela logo se irradiaria pelo mundo, tanto na forma de novos núcleos quanto resultado de cisões¹⁷.

Enquanto as denominações cristãs tradicionais se articulavam e se reinventavam para responder às severas críticas impetradas por grupos minoritários e laicos que levavam à cena pública as pautas que definiriam as lutas pelos direitos civis no país (combate ao racismo e à segregação racial, direitos reprodutivos, igualdade de gênero, direitos homossexuais, entre outros), essas igrejas também assistiram a — e modelaram à revelia — o surgimento de antagonistas internos ao seu campo religioso. Num fenômeno ao avesso das prescrições das teorias normativas de laicidade, essas igrejas tradicionais testemunharam e passaram a ser interpeladas por agentes, muitos deles saídos das suas próprias fileiras, que iam a público não para reivindicar ou impor limites políticos ao religioso, mas, ao contrário, para criar e recriar comunidades religiosas no intuito de, pública e politicamente, reivindicar o “direito à fé”.

Assumindo a “inclusão¹⁸”, a “comunidade¹⁹”, a “transformação social²⁰” e a “justiça²¹” como as categorias centrais do seu projeto religioso e político, conforme a igreja explicita em documentos oficiais divulgados na rede, as “comunidades inclusivas” da MCC são concebidas e almejadas justamente como o resultado de um movimento social encarnado em corpos sexuados e espiritualizados.

Assim a MCC elabora sua visão de futuro enquanto uma organização religiosa:

A Igreja da Comunidade Metropolitana é compelida por um chamado inacabado e por um destino profético. Somos um movimento global de pessoas espiritualmente e sexualmente diversas, que foram completamente despertadas para o infinito amor de Deus. Seguindo o exemplo de Jesus e empoderados pelo Espírito, buscamos construir igrejas comunitárias de vanguarda, que exigem, proclamam e fazem justiça no mundo²².

Segundo o discurso oficial da organização, isto se faz por meio do desenvolvimento de lideranças, congregações e ministérios que promovem “o crescimento espiritual, a justiça, a compaixão e a integração entre sexualidade e a espiritualidade”. Contudo, conforme o discurso de seus representantes, evitando proselitismos. A MCC ficaria à espera de contatos feitos por comunidades ou agentes locais, agora favorecidos pelo crescimento mundial da rede de computadores.

Afinado ao cabedal discursivo da igreja que trabalha ao seu modo para se internacionalizar, Junior também conjuga política e religião em sua ação social local, tornando a categoria homossexualidade um operador de sentido a indexar simultaneamente uma ordem a outra, como expressa a sua trajetória clivada pela tensão entre sexualidade e religiosidade. Segundo ele, a MCC, que o “transformou espiritualmente” ao fazer dele um pastor envolvido em uma causa coletiva, tem sido um esteio fundamental para a realização de uma missão social e espiritualmente engajada: mudar convicções e disposições da sociedade em relação às pessoas LGBTs, sigla que ele emprega em seu discurso. Em conversa realizada no dia 27 de janeiro de 2017, o pastor conta que

A vida gay em Uganda é muito difícil. Nós aqui enfrentamos muitas adversidades. Há muita discriminação. Quando se trata de LGBTs, as pes-

soas nas famílias e nas comunidades nos odeiam. Para a população, nós somos uma abominação.

Cinco dias depois, ele nos forneceu pistas que nos permitem compreender o tom e a intensidade do termo. “As pessoas são discriminadas de uma forma que eles não podem usar os transportes públicos com pessoas heterossexuais muito menos comer em um mesmo restaurante. As pessoas são abusadas, perseguidas e presas”.

Quando questionado sobre possíveis razões para um clima de tanta hostilidade, Junior aciona argumentos culturais. “Aqui as pessoas falam que isso não existia na tradição. Mas no passado as pessoas gays estavam lá. Agora falam que é pecado... uma maldição”. Um pecado, podemos dizer, transformado em assunto de Estado, como veremos mais adiante.

Segundo o relatório da *Human Rights Watch* de 2016²³, quando um homem é preso por suspeitas ou motivos relacionados à homossexualidade, ele eventualmente é submetido a exames anais forçados realizados por agentes estatais com instrumentos, seguindo um suposto e desacreditado método forense para buscar provas de condutas homossexuais. Entidades de Direitos Humanos denunciam a prática como tortura.

Junior relata que a primeira vez que esteve preso foi em 2011, quando já se inflamavam em Uganda os debates sobre a possível promulgação de leis mais duras contra a homossexualidade e a suposta promoção/di-
vulgação, como veremos em mais detalhes a seguir. Desta vez, foram seis tenebrosos meses na cadeia, conta. Na segunda ocasião, em 2012, foram mais duas semanas. A acusação foi sempre a mesma: o ativismo em prol da causa LGBT.

Mas, uma vez liberto e agora com a narrativa de sua história de sofrimento imbuída de sentidos de um libertarismo místico impulsionado por uma fé politicamente engajada, Junior intensificou sua pregação junto às escolas a fim de desconstruir preconceitos e oferecer para os estudantes outras narrativas e outras significações para outras sexualidades. “Conto a eles que as pessoas LGBTs não são más. Somos normais. Não os monstros que muitas vezes falam que somos”, explica Junior em uma conversa registrada no dia 6 de fevereiro de 2017. Ele afirma ainda que alunos e professores em geral são receptivos. Segundo ele, o preconceito funciona por falta de outras referências.

Frente a isso, o pastor se esforça para divulgar sua causa, contando também com a ajuda de pessoas ligadas a outras comunidades da MCC,

sobretudo nos Estados Unidos. Inclusive, uma amiga de lá, que ele chama de “mãe”, ajudou-o a criar um fundo virtual. Conectando-se à página, as pessoas podem fazer doações. Junior diz que precisa comprar um laptop. Ele se candidatou a uma vaga para estudar gratuitamente teologia, mas, como o curso é em parte virtual, a instituição exige que os alunos tenham pelo menos esse equipamento. Sobre o futuro, ele não acredita que mudanças no cenário ugandense possam ocorrer tão cedo, haja vista as últimas investidas governamentais. Medo de morrer? Segundo ele, isso só acontecerá quando Deus determinar a hora.

Lei em debate entre uma guerra de sentidos

Como qualquer outra, a fala de Junior, para ser socialmente relevante, não pode ecoar no vazio. Numa primeira dimensão, ela reverbera compondo e negociando harmonias e dissonâncias junto a agências e entidades internacionais com influência local e, principalmente, com outros movimentos sociais ugandenses engajados na luta nacional pelos Direitos Humanos e pelos direitos civis das pessoas LGBTIs.

Nagamine nos informa que uma “parte das organizações locais atuava na prevenção do HIV/Aids (...), a demandar o aporte de recursos estrangeiros. Outras se dedicavam à promoção dos direitos humanos” (2014, p. 280), valendo-se da abertura dada pela Constituição de 1995. Tardia, a formação de organizações orientadas a reivindicar direitos da população LGBTI começaria apenas em meados dos anos 2000.

A MCC Uganda já seria conhecida em Kampala, garante o pastor. Segundo ele, as pessoas em geral e os ativistas laicos sabem que lá é uma igreja na qual as pessoas percebidas como fora da norma são acolhidas e vivenciam uma vida comunitária. Por outro lado, Junior conta que já esteve diversas vezes no escritório da *Sexual Minorities Uganda*, liderada por Frank Mugisha. Auxílio em relação a questões judiciais seria o principal motivo. Contatos também já teriam sido travados com entidades como a *Human Rights Awareness and Promotion Forum* (HRAPF).

Assim, integrante de uma frente cívica maior e mais plural, com respaldo de agentes posicionados em redes transnacionais, como a sua própria igreja-matriz, Junior é um dos inúmeros coparticipes de uma batalha simbólica, literalmente de vida e morte, para a definição e redefinição local de conceitos e sentidos acerca da homossexualidade.

Mas, por outro lado, a fala de Junior também é socialmente relevante por encarnar pelo avesso falas que se apropriam dos mesmos códigos para lhes dar outros sentidos com diferentes efeitos políticos. Sendo assim, a fala de Junior ecoa também por oposição, e por conta disso, ao tentar silenciá-la, seus opositores a inscrevem em um debate público. Em outro plano, permite aos analistas observá-la como parte de uma forma sociológica específica: a controvérsia pública, isto é, de um dado regime de ação e visibilidade dramatizado publicamente por meio de falas públicas, direcionado a definir ações coletivas visando transformações do mundo social (LUC BOLTANSKI, 2002).

Para dar clareza ao argumento faremos uma breve reconstituição dessa controvérsia ugandense. De que modo? Fornecendo elementos para observarmos embates discursivos, marcados por relações de oposição e conflito. Algo que, como bem observou Teixeira, nos permitirá o “acesso a algumas configurações de relações de poder, de posições institucionais e até mesmo de redes sociais que permaneceriam invisíveis de outra forma” (2016, p. 37).

No caso especificamente das redes formadas no contexto ugandense, é importante destacar, elas já foram apresentadas em dois momentos por Nagamine. Na sua tese de doutorado, *A não discriminação por orientação sexual no direito internacional dos Direitos Humanos*, a ser defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em junho de 2017, ela tece uma análise muito bem circunstanciada da atuação de duas redes transnacionais — uma pró-LGBTIs e outra anti-LGBTIs — frente ao projeto de lei anti-homossexualidade, além de nos apresentar um valioso enquadramento da vida cívica e institucional de Uganda ao nos demonstrar como o movimento LGBT aciona tribunais nacionais e internacionais. Em artigo anterior (2014), as mesmas redes são apresentadas em versão mais enxuta em função de discussões teóricas sobre alcances e limites de estudos de redes transnacionais de *advocacy*.

De partida, é necessário informar que pessoas reconhecidas e/ou autodeclaradas não heterossexuais, transgêneras ou não-cisgêneras²⁴ estão em Uganda desprotegidas de mecanismos legais contra discriminações e violências físicas ou simbólicas associadas as suas identidades e práticas sexuais. Elas dispõem apenas da proteção geral contra a discriminação por qualquer *status*, por força da Constituição do país e de tratados internacionais dos quais Uganda é parte, informa Nagamine. Além disso, o ato homossexual, tanto masculino como feminino, em um evidente diálogo com

a herança do sistema legal inglês, é considerado ilegal pelo Código Penal nacional vigente. Ele descreve em seu artigo 145, por exemplo, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como ações “contra a ordem da natureza²⁵”, equiparando-as à zoofilia.

A heterossexualidade é considerada como a única base aceitável pela cidadania e para estabelecer/restabelecer a ordem e prevenir/acabar com o caos gerado pelo desvio sexual/social das imposições queer. Assim, a nova legislação tira partido da missão civilizatória do colonialismo, reforçando a heterossexualidade como ordem natural, que existe sem complicação ou contradição (EKINE, 2016, p. 11).

As justificativas em Uganda para esse “pânico moral contra a homossexualidade”, como bem define Ekine (2016, p. 10), são múltiplas e se arranjam a partir das estratégias circunstanciais de fala de cada agente. Apesar dessa multiplicidade, elas podem ser agrupadas modelarmente em duas ordens discursivas diferentes, mas convenientemente convergentes: uma política e a outra religiosa.

A política

As falas políticas estão organizadas em torno do paradigma da tradição e do nativismo, endossado por um culturalismo difuso com mesclas de cientificismo e deliberadamente manejado para estabelecer fronteiras entre um “nós e os outros”. A partir dele, a prática homossexual é indexada como um elemento exógeno às culturas africanas; a prova em ato da corrupção de costume e indicador da existência de interesses alheios e sempre escusos a uma ideia de nação autônoma em construção. Ela aparece como uma doença social com potencial de corromper o tecido societário, comunicativamente adquirida a partir de uma experiência transcultural, importante sublinhar. Assim, está armado o cenário para uma guerra informacional, que se desdobra em conflito social.

Quando Yoweri Museveni, presidente da República desde 1986 e ex-líder do Exército de Resistência Nacional (*National Resistance Army*), sancionou em fevereiro de 2014 a lei anti-homossexualidade, ele alegou que a homossexualidade era uma ameaça às tradições africanas e também à integridade das crianças do seu país. Segundo fontes jornalísticas, Museveni

disse que a medida era uma reação “motivada por grupos ocidentais arrogantes e descuidados que gostam de entrar em nossas escolas a fim de recrutar crianças para a homossexualidade²⁶”.

Um dia após a assinatura da lei, Museveni disse em entrevista à CNN que os gays “são nojentos” e defendeu a legalidade da sua decisão afirmando que “uma conduta não natural não é questão de direitos humanos²⁷”. Segundo ele, a homossexualidade seria um desvio de comportamento, fato que teria sido comprovado por cientistas consultados pelo governo. Quando questionado pela repórter Zain Verjee se não estava fazendo o jogo de um eleitorado homofóbico nacional em ascensão, ele negou pedindo ainda que o Ocidente respeitasse as sociedades africanas e seus valores.

Neste mesmo dia, lembra o Portal da *Veja.com*, o tabloide ugandense *Red Pepper* publicou uma lista com os chamados “200 principais homossexuais do país” em matéria de capa estampada com a manchete: “Expostos”. Nela, figuravam nomes de ativistas, artistas e liderança religiosas, gente como “Pepe Julian Onziema, que já havia alertado que a nova lei antigay do país despertaria violência contra homossexuais²⁸”. “A caça às bruxas da mídia está de volta”, escreveu em sua conta no Twitter Jacqueline Kasha, conhecida ativista lésbica de Uganda²⁹, que também figurava na lista.

A declaração de Jacqueline Kasha nos remete ao assassinato de David Kato, ativista e advogado ligado à *Sexual Minorities Uganda* (SMUG), surrado e vitimado por golpes de martelada em janeiro de 2011. Como nos lembra Nagamine, se notícias repercutindo episódios de homofobia em Uganda já haviam se tornado frequentes na mídia internacional desde a virada dos anos 1990 para 2000, esse episódio pode ser encarado como um dos efeitos sintomáticos de um “novo recrudescimento de um ativismo anti-LGBTI” (2014, p. 291)³⁰.

Reportagens veiculadas no dia 27 de janeiro de 2011 em jornais como *The Guardian*, *New York Times* e *BBC News* nos contam que Kato foi espancado até a morte três semanas depois de ganhar um processo judicial contra o tabloide local *Rolling Stone*. A vitória impedia que o jornal, publicado por um grupo de universitários, repetisse reportagem semelhante a uma publicada em outubro (de 2010), na qual exortava os leitores: “Enforque-os”. Estampando a manchete “100 pictures of Uganda’s top homos leak”, tratou-se da veiculação de uma lista com fotos, nomes e endereços de pessoas que foram caracterizadas como sendo “ameaças gays” para a sociedade ugandense. Como nos contextualiza Nagamine, tal orquestração poderia ser entendida como uma reação, na época, da rede anti-LGBTI ao trabalho da rede

pró-LGBT (2014, p. 289). Sobre o crime, o governo negou que ele tivesse relação com a militância ou identidade de Kato. A Polícia sugeriu que poderia ter sido um caso passional, mas mídias de circulação global, informadas por fontes locais, colocaram essa versão sob suspeita.

À época da promulgação da lei, a carga retórica nacionalista dos discursos oficiais foi amplificada ainda mais por conta das reações de agentes internacionais que criticaram o projeto desde a época de sua proposição, em 2009. Reportagem publicada no *Portal G1* conta, por exemplo, que o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, qualificou a iniciativa legal de “odiosa” e afirmou que a promulgação da lei inviabilizaria a relação entre os dois países. Esta lei, lembra a reportagem, em princípio, previa “a pena de morte para quem fosse flagrado pela segunda vez realizando um ato homossexual, assim como para as relações em que um dos participantes fosse menor de idade ou portador do vírus da Aids³¹”. Nagamine esclarece os termos da lei sancionada:

O projeto torna mais precisa e endurece a regulação da homossexualidade, criando os tipos penais ‘ofensa da homossexualidade’, ‘homossexualidade agravada’ e ‘tentativa de praticar homossexualidade’, sendo agravada a homossexualidade em série, ou praticada com menor de dezoito anos, ou praticada por pessoa com HIV. Cria, ademais, a obrigação de denunciar supostos gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, e os tipos penais ‘ajudar e encorajar a homossexualidade’ e ‘promoção da homossexualidade’, pretendendo-se assim enquadrar toda ação e organização que contemplasse LGBTI (2014, p. 285).

Outros delitos haviam sido criados pelo projeto de lei, informa Nagamine em sua tese. Além de criminalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a dita “promoção da homossexualidade”, como veiculação de filmes e revistas, por exemplo, pessoas com relação de autoridade sobre o “delinquente”, como religiosos, médicos, pais e mães, poderiam ser incriminados caso acobertassem tais práticas.

Reações de repúdio à lei também foram emitidas por organismos internacionais como Organização das Nações Unidas, Banco Mundial; nações membros da *Comonwealth* (do qual Uganda faz parte), como Reino Unido e Canadá; países da União Europeia, provedores de fundos como, Noruega, Suécia, Dinamarca; e também os Estados Unidos, um dos maiores doadores, como reportou o *The Independent*³². Com a sanção do projeto de lei, o país

sofreria um corte milionário no repasse de verbas, uma medida intervencionista controversa, repudiada inclusive por organizações ativistas locais pró-LGBTIs.

Todavia, como registraram as agências de notícias internacionais, o líder político de Uganda não se intimidou. Pelo contrário. Afirmou que estrangeiros não dariam ordens em seu país e ainda acusou os homossexuais de terem feito essa suposta opção sexual “por razões mercantis”, uma vez que líderes internacionais, como David Cameron, do Reino Unido, e Hilary Clinton, dos Estados Unidos, haviam sugerido que o dinheiro repassado a nações que aceitassem perseguir oficialmente pessoas LGBTIs deveria ser destinado a ONGs ligadas ou sensíveis à causa. Como observou de forma arguta Ekine (2016) em sua análise do caso de homofobia estatal nigeriana, a vinculação das ajudas internacionais à proteção e garantia dos direitos das pessoas LGBTIs propiciava, desse modo, um deslocamento da “linguagem da moralidade” para a do direito e da soberania.

Nesse momento do debate público em Uganda, o deputado David Bahati, autor da lei antigay, declarou ainda que os cortes das doações ocidentais seriam um preço que valia a pena pagar para proteger os valores morais da nação, segundo a mesma reportagem do *The Independent*³³. Bahati acusava o Ocidente de chantagem, lançando, indiretamente, mais combustível à fogueira da caça às bruxas.

A religiosa

A segunda ordem discursiva é a religiosa. Vídeos de pregações inflamadas e alarmadas de pastores contra as práticas homossexuais divulgados na internet, como as de Martin Ssempe, fundador da Igreja da Comunidade Makerere, ou palestras proferidas em tom professoral pelo pastor Stephen Langa, paladino da fidelidade da família tradicional monogâmica, ajudam-nos a fazer uma imersão em um sistema simbólico constituído de múltiplos planos. Nele, o velho e discriminatório paradigma naturalista legal se metamorfoseia numa releitura teológica bíblica que busca encontrar em um binarismo sexual humano a ancoragem para um ordenamento social no qual natureza e sociedade coincidiriam a fim de mostrar a unidade de uma suposta obra divina.

A homossexualidade, entendida como um ato antinatural aberrante, seria uma dupla violação que reafirmaria em um só ato e pela sua negativida-

de cada uma das duas faces de um único sistema. Seria uma prática corporal social interdita porque, ao violar as leis da natureza e dos costumes, estariam sendo violadas as leis estabelecidas por seu suposto criador. Nada mais lógico, dessa perspectiva, que assumir a militância pela aprovação de leis antigays como uma forma de se lutar pela erradicação da “sodomia”, uma categoria religiosa, vale lembrar.

Muito mais que um grupo de identidades que precisam ser reconhecidas e combatidas, a homossexualidade implicaria em práticas sexuais a serem, muito além de impedidas e eliminadas, desprezadas. Para tanto, elas precisam ser exaustivamente descritas em pregações, reuniões ministeriais e até em salas de aula, que apresentam às plateias, em palavras e gestos, atos sexuais classificados como aberrações nojentas, como a felação e a anilíngua, esta última, de forma ignorante ou deliberadamente mal intencionada, confundida com a coprofilia, excitação sexual relacionada ao contato com as fezes.

Em atos de fala pública, nos quais o código religião é acionado como normatizador de condutas morais e cívicas, ensina-se não só a odiar, mas por que odiar a homossexualidade. Em contrapartida, aprende-se como e porque odiá-la.

A cruzada antigay

Mas, como vimos acima, se a homossexualidade em Uganda é tratada no Parlamento e pela Presidência como assunto de Estado, a contraface desse enquadramento é sua transformação em alvo de uma cruzada religiosa socialmente generalizada, evidenciando que a separação de ordens discursivas só nos cabe como recurso didático.

David Bahati, por exemplo, ao comemorar a promulgação da sua lei antigay, afirmou que o “voto dado contra o demônio” teria sido “uma vitória para Uganda”. “Estou feliz de que o Parlamento tenha votado contra o mal”, disse ele, de acordo com a mesma reportagem veiculada pelo *Portal G1*³⁴.

Desse modo, para além de perseguir enunciados carregados de sentidos, os fatos impelem-nos a observar como esses agentes, que dizem construir discursos políticos e religiosos, experimentam socialmente a produção de suas falas a partir de vivências em múltiplas redes. Dito de outro modo, passa a nos interessar a vida vivida dos discursos que só existem e fazem sentido a partir de específicas configurações dos fluxos de troca discursiva.

Junior Jose, um pastor gay e pró causa gay e dos Direitos Humanos, ligado à MCC, certamente poderia ser acusado pelos adversários antigay e nacionalistas de estar sob influência de liberais norte-americanos. Isto é, a legitimidade ou não da sua fala estaria associada também ao pertencimento da sua rede. Mas é irônico saber que a acusação poderia ser devolvida aos conservadores nacionalistas pelo avesso, uma vez que é notória a influência de agentes e organizações conservadores norte-americanos não só junto às organizações eclesiais locais, como também no processo de modelagem das leis antigay de Uganda.

Informada por fontes jornalísticas dos Estados Unidos e Inglaterra, Nagamine afirma que a influência dos evangélicos norte-americanos em Uganda seria fruto de laços pessoais e da presença e do intercâmbio de organizações missionárias.

Seguindo nesta mesma linha, conta-nos a reportagem assinada por Mariah Blake, publicada no site *Mother Jones* em março de 2014³⁵, que, “pouco antes do rascunho da lei antigay” começar a circular, em abril de 2009, em Uganda, pastores e representantes de movimentos religiosos baseados nos Estados Unidos que promovem políticas conservadoras pelo mundo, especialmente na África, intensificaram sua atuação pastoral no país. Entre eles estava Scott Lively, doutor em teologia e autor de teses controversas, como aquela que responsabiliza os gays pelo nazismo e pelo holocausto³⁶.

Esse texto nos conta que Lively já havia estado em Uganda em 2002, quando discursou em uma conferência antipornografia e falou sobre uma suposta estratégia dos intelectuais ocidentais de esquerda para erodir a independência do país. Como eles fariam isso? Atacando os valores da família, tendo entre as suas principais táticas o estímulo da influência dos homossexuais na sociedade ugandense. Lively voltou ao país no mesmo ano a convite do pastor Stephen Langa para novas palestras em universidades, entrevistas em jornais e encontro com pastores. Manteve contato local com sua rede ugandense também por meio de outros religiosos, como Martin Ssempe.

O texto de Blake informa que Lively volta à Uganda em 2009 novamente a convite de Langa, logo após a rede pró-LGBTI ter obtido importante vitória judicial na Alta Corte. Promovido por organização dirigida por Langa, *Family Life Network*, tratava-se de um seminário dirigido à mobilização da opinião pública. Assim Nagamine interpreta:

O seminário respondia à decisão no caso Mukasa e Oyo, em que a Alta Corte de Uganda estabeleceria limites às ações do governo em relação a pessoas LGBTI: tratou-se, então, de alertar os fiéis ugandenses em relação ao recrutamento para a homossexualidade em curso nas escolas, a sua inclinação à pedofilia, ao abuso sexual, e ao perigo que o ativismo em prol de direitos de pessoas LGBTI representava, do que eram exemplos os próprios Estados Unidos. Parlamentares e políticos, como o ministro da Informação e da Comunicação e, depois, da Ética e da Integração, James Buturo, prestigiaram o seminário, e, por ocasião dele, os bispos norte-americanos ainda falaram em escolas e universidades em Uganda.

Segundo Blake, que teve acesso a gravações do seminário³⁷ e de um encontro com personalidades e autoridades promovido dias depois para discussão de plano de ação, muito dos argumentos do pastor americano estão presentes nas falas que o presidente e os legisladores usariam mais tarde para justificar a tal lei contra a população LGBT. “Eles [os liberais de esquerda que os gays representariam] estão procurando por outras pessoas para poderem caçar”, teria dito Lively, de acordo com o vídeo, abordando a prática de uma tal “agenda gay” politicamente orientada a destruir nações via o esfacelamento dos valores da família. “Quando eles veem uma criança que é de uma família desestruturada, é como se eles estivessem vendo um sinal de néon piscando sobre sua cabeça³⁸”, exemplifica de outra forma a autora o tom do discurso.

A visão de Blake sobre o impacto e a influência dos ministérios conservadores norte-americanos em Uganda é endossada por ativistas locais, como Frank Mugisha, da Minorias Sexuais de Uganda. Segundo Frank Mugisha, uma das fontes de Blake, o projeto é praticamente uma criação de Lively.

Considerações finais

Quando Junior Jose surgiu no nosso mapa de pesquisa, ele também trouxe Uganda e seu complexo e conturbado cenário, obrigando-nos a investigar novas configurações sociais que delimitam um campo até então desconhecido de disputas locais para a significação de categorias que circulam em escala transnacional.

A distância geográfica desse campo fez, em um primeiro momento, com que as telas dos dispositivos eletrônicos se transformassem em janelas para o universo social de Uganda. Por meio dessas janelas, estamos garimpando informações fornecidas por Junior, em pequenos pedaços, mas sempre com muita gentileza e parcimônia, para construir um mosaico que faça Uganda mais inteligível a fim de compreendermos por que e como essa Igreja inclusiva, a mesma organização que estamos observando no Brasil, está instalada no país. Afinal, o que é ser um cristão inclusivo em Uganda? Por enquanto, podemos apenas oferecer algumas pistas.

Essas mesmas telas-janelas deram-nos também acesso aos registros de cenas em vídeos e fotos de extrema violência que circularam pela rede na época em que o debate sobre a promulgação da lei anti-homossexualidade se acirrava. Elas eram descritas, particularmente por alguns *sites* internacionais pró-LGBTs, como sendo ataques aos quais teriam sido submetidas pessoas em Uganda pelo simples fato de serem nomeadas como gays. Tratava-se de uma campanha viral para divulgar uma situação local.

Um desses vídeos apresenta uma violência brutal e estarrecidora: alguém sendo trucidado em praça pública, aproximando-nos daquilo que pode ser descrito como a banalidade do mal, como diria Hannah Arendt (1999)³⁹. Por meio das cenas, não se vê uma luta de leões; um embate entre oponentes que digladiam ferozmente força, fúria e competências. Muito menos se assiste a uma turba enlouquecida e desgovernada em desatino. Simplesmente se vê um homem solitário ao chão, sendo atacado não por uma multidão, mas por três ou quatro homens que se intercalam em agressões compassadas e calculadas, sob os olhares cúmplices, covardes ou simplesmente curiosos de um coletivo amorfo. Em torno dele há uma plateia; há um público. O suplício da vítima é demorado. Não porque algozes e plateia são sádicos. Mas porque a todo instante eles se interpelam. Mesmo que seja por acusações e xingamentos, até perto do fim eles trocam palavras, ditas numa língua que não compreendemos. Aqui e acolá se ouvem buzinas de carros na via. Não se sabe se é um tímido protesto pelo que se passa na rua, para que fique de registro, ou se é alguém reclamando porque estão atrapalhando o tráfego.

Desde o contato com essas imagens, parte dos esforços para a produção deste texto implicou também investigação sobre a autenticidade dessas cenas e dos múltiplos compromissos narrativos que poderiam estar associados a elas. Nesse percurso, alguns depoimentos obtidos sobre o vídeo cambiaram. Em outro plano, documentos de organizações locais e outras



IMAGEM 4: **Junior Jose e sua comunidade.** Foto: Arquivo pessoal JJ

fontes bibliográficas alertaram-nos para possíveis usos e efeitos políticos de uma campanha baseada na combinação de elementos díspares como boa vontade, equívoco, má informação e questionável estratégia. No relatório de casos de violências produzidos pela SMUG, citado anteriormente, com registros entre maio de 2014 e dezembro de 2015, não há, por exemplo, relatos de casos semelhantes, embora nos reportes de ameaças apareça a menção explícita a justificações com fogo.

Visando dar densidade a todo o horror registrado em imagens, persistimos na busca de sentidos mais precisos às cenas. Seria mesmo Uganda? Trata-se de homens realmente vitimados por serem reconhecidos e descritos socialmente como homossexuais? O mais chocante durante esse percurso pela “busca da verdade dos fatos” foi constatar que categorias de identidade poderiam dar múltiplos enquadramentos para uma única cena de horror. E se fosse de fato um “homossexual” trucidado pela homofobia? Mas, e se ele fosse um “ladrão” atacado por meio de um sistema de linchamento popular? E se fosse um sujeito dilacerado por ódios intergrupais? Uma dança de categorias exógenas ao contexto daquelas cenas poderia produzir enquadramentos múltiplos e, para agravar, numa combinação igualmente variada de composição e/ou coabitação com uma série de fantasias coloniais sobre a África.

Mas, mesmo tendo sido reconhecida essa dimensão problemática, restava-nos ainda interpelar o mal, uma vez que havia cenas de horror incontestes. Por que aquelas imagens portavam um ódio tão intenso e ao mesmo tempo tão banal? A única certeza é que essa violência tinha não só uma lógica, como também palavras, e isso confirma a importância de levarmos adiante o exame crítico da produção contemporânea das categorias que dão sentido ao mundo. Em Uganda, escolhida para ser um dos palcos daquele fato-ficção, particularmente para uma parcela da população vista como residual e perigosa, as definições sociais em torno do campo semântico da homossexualidade tornaram-se capital.

Notas

1 Em levantamento realizado junto ao banco de dados colaborativo Equaldex (www.equaldex.com), Renata Nagamine identifica “problema de regulação e repressão penal das práticas homossexuais ou da homossexualidade” em 73 entre 229 países do globo. Segundo ela, esses países se concentram no Oriente Médio e África, sendo que neste continente somam 35 países. As informações serviram de suporte para análises desenvolvidas no capítulo “Desafios ao Direito Internacional em matéria de direitos de identidade sexual: a hostilidade a gays e lésbicas em Uganda”, da tese **A não discriminação por orientação sexual no direito internacional dos Direitos Humanos**, a ser defendida no primeiro no primeiro semestre de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

2 Este trabalho faz parte da pesquisa de pós-doutorado “O pastorado gay e a controvérsia homoerótica — A (re) conquista do sagrado pela produção de sujeitos de direito”, desenvolvida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com bolsa Capes, e integrado ao Projeto Temático FAPESP Religião Direito e Secularismo — A reconfiguração do repertório cívico no Brasil contemporâneo. O foco da pesquisa é etnografar o processo de instalação e multiplicação de núcleos da MCC na América Latina, mediante o acompanhamento da formação do seu quadro de lideranças regionais.

3 Julius Kaggwa, 46 anos, é um ativista da causa das pessoas inter e transexuais. Criado como uma menina chamada Juliette até os 17 anos, Julius nasceu intersexual, com a genitália masculina e feminina. Depois de uma intervenção cirúrgica, hoje é um homem heterossexual casado, cristão e diretor da *Support Initiative for People with Atypical Sex Development* (SIPD-UGANDA), entidade especializada no atendimento e defesa de pessoas consideradas fora dos parâmetros corporais da heteronormatividade. Segundo texto divulgado em *site*, a entidade assume como missão “criar consciência sobre questões intersexuais e defender

uma sociedade mais aberta, tolerante e solidária em relação a crianças e pessoas com condições intersexuais; e defender a proteção, o bem-estar e o respeito pelos direitos humanos de todas essas crianças e pessoas em Uganda”. Versão original disponível em: <http://sipduganda.org/about-us>. Acesso em: 08/02/2017. Para conferir relato biográfico, ver: <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/16/intersex-ugandan-lgbt-gay-rights-life-never-felt-more-dangerous>. Acesso em: 03/04/2017.

4 Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2016>. Acesso em: 08/02/2017.

5 Termo estruturalmente equivalente à homofobia, utilizado para se referir à negação, repulsa e/ou preconceito contra pessoas trans, isto é, travestis e transexuais.

6 **Pew Research Center**. The Global divide on homosexuality. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality>. Acesso em: 08/02/2017.

7 Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/uganda>. Acesso em: 30/03/2017. A notícia também foi repercutida em *site* de notícias como o da BBC News (<http://www.bbc.com/news/world-africa-37462627>) e o da Fox News (<http://www.foxnews.com/world/2016/09/24/uganda-police-stop-gay-pride-parade-deemed-illegal.html>), dentre outras mídias.

8 Trecho extraído de texto disponível em: <https://www.outrightinternational.org/content/uganda-pride-2016-postponed-after-police-harass-and-detain-participants>. Acesso em: 03/04/2017.

9 Participei como convidado (observador) da comitiva brasileira, a convite das lideranças brasileiras.

10 Trecho extraído de texto de divulgação do relatório disponível no *site* da instituição: <https://sexualminoritiesuganda.com/press-statement-smug-report-finds-264-cases-of-human-rights-abuses/>. Relatório pode ser encontrado na mesma página. Acesso em: 07/04/2017.

11 Idem.

12 A outra é o suaáli.

13 “Yes I am young but have experienced the worst of life”, disse Junior Jose,

respondendo a uma admiração em relação a sua juventude. Conversa pela rede social travada no dia 6 de fevereiro de 2017.

14 Divisão geográfica adotada pela MCC, conforme documento disponível em: <http://mccchurch.org/overview/global-presence/>. Acesso em: 07/03/2017.

15 Dados disponíveis no Censo de 2014, do Uganda Bureau of Statistics. Outras religiões cristãs totalizam 13,2%. Outras religiões, 1,5%. Sem religião, apenas 0.2%. Disponível em: <http://www.ubos.org/onlinefiles/uploads/ubos/NPHC/2014%20National%20Census%20Main%20Report.pdf>. Acesso em: 08/04/2017.

16 A compreensão desse processo de reconfiguração histórica do projeto político e religioso da MCC é um dos alvos da pesquisa maior que abrange esse texto. De antemão, é importante lembrar que esse circuito categorial reproduz um específico processo deliberado de convergência e fusão daquilo que estamos chamando de gramática do religioso e do político.

17 No que se refere à chegada e aos processos de transformação e cisão da MCC no Brasil, por exemplo, ver especialmente Natividade (2008). Para um panorama geral do movimento teológico inclusivo (teologias homossexual-gay-queer) no Brasil e na América Latina, ver Musskopf (2012).

18 “O amor é nosso maior valor moral e resistir à exclusão é um foco primário de nosso ministério. Queremos continuar a ter condutas de fé na qual todos estão incluídos na família de Deus e todos são bem-vindos à mesa de Deus”. Trecho disponível no *site* da Instituição, em: <http://mccchurch.org/>. Acesso em: 07/02/2017.

19 “Oferecer uma comunidade segura e aberta para que as pessoas adorem, aprendam e cresçam em sua fé é o nosso desejo profundo. Estamos empenhados em amparar uns aos outros para fazer o trabalho que Deus nos chamou a fazer no mundo”. Trecho disponível no *site* da Instituição, em: <http://mccchurch.org/>. Acesso em: 07/02/2017.

20 “Fornecer uma mensagem de libertação do ambiente religioso opressivo de nossos dias ou daqueles que experimentam Deus pela primeira vez é o que guia nosso ministério. Acreditamos que, quando as pessoas são convidadas a experimentar

Deus através da vida e do ministério de Cristo, as vidas são transformadas”. Trecho disponível no *site* da Instituição, em: <http://mccchurch.org/>. Acesso em: 07/02/2017.

21 Trabalhando para falar menos e fazer mais, estamos empenhados em resistir às estruturas que oprimem as pessoas e estar do lado daqueles que sofrem sob o peso de sistemas opressivos, guiados sempre pelo nosso compromisso com os Direitos Humanos”. Trecho disponível no *site* da Instituição, em: <http://mccchurch.org/>. Acesso em: 07/02/2017.

22 No original: Metropolitan Community Church is compelled by an unfinished calling and a prophetic destiny. We are a global movement of spiritually and sexually diverse people who are fully awake to God's enduring love. Following the example of Jesus an empowered by the Spirit, we seek to build leading-edge church communities that demand, proclaim, and do justice in the world. communities that demand, proclaim, and do justice in the world. Texto disponível em: <http://mccchurch.org/overview/global-presence/>. Acesso em: 08/02/2017.

23 Documento disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/uganda#e81181>. Acesso em: 07/02/2017.

24 Como bem formula Maranhão “transgeneridade é um termo que serve como guarda-chuva para agregar diferentes identidades/subjetividades/expressões de gênero não-cisgêneras” (2016, p. 151). Como argumenta o autor, não se trata de uma identidade fixa ou específica, mas sim “de condição sócio-política-cultural de inadequação às convenções, normas e expectativas referentes ao sistema sexo-gênero de outorga no nascimento e gestação” (idem). Cisgênero, em contrapartida, é o conceito que designa pessoas que expressam uma convergência do sistema sexo-gênero. Isto é, há uma identificação com o gênero atribuído.

25 No original, “carnal knowledge against the order of nature”.

26 Disponível em: <http://www.motherjones.com/politics/2014/03/scott-lively-anti-gay-law-uganda>. Acesso em: 07/02/2017.

27 Conforme notícia repercutida na Veja.com, disponível em: <http://veja.com>.

abril.com.br/mundo/apos-assinar-lei-antigay-presidente-de-uganda-diz-que-homossexuais-sao-nojentos/. Acesso em: 07/02/2017.

28 Idem.

29 Idem.

30 O incidente ganhou especial cobertura na mídia de língua inglesa, como *The Guardian* (<https://www.theguardian.com/world/2011/jan/27/ugandan-gay-rights-activist-murdered>), *New York Times* (<http://www.nytimes.com/2011/01/28/world/africa/28uganda.html>) e *Independent* (<http://www.independent.co.uk/news/world/africa/targeted-by-gay-hate-paper-then-murdered-in-his-home-2196700.html>).

31 Trecho publicado no *Portal G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/uganda-promulga-lei-que-pune-homossexualidade-com-prisao.html>. Acesso em: 07/02/2017.

32 Reportagem disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/uganda-anti-gay-bill-author-david-bahati-says-western-aid-cuts-are-a-small-price-to-pay-9165421.html>. Acesso em: 07/02/2017.

33 Idem.

34 Trecho publicado no *Portal G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/uganda-promulga-lei-que-pune-homossexualidade-com-prisao.html>. Acesso em: 07/02/2017.

35 Disponível em: <http://www.motherjones.com/politics/2014/03/scott-lively-anti-gay-law-uganda>. Acesso em: 07/02/2017.

36 Scott Lively é autor de obras como **Pink Swastika** (1995) e **Redeeming the Rainbow: a Christian Response to the Gay Agenda** (2009).

37 O seminário e o encontro foram registrados oficiosamente em vídeo por Kapyra Kaoma, religioso anglicano da Zâmbia que se mudou para os Estados Unidos devido às ameaças de morte. Ele é autor de **American Culture Warriors in Africa: A guide to the exporters of homofobia and sexism**. Os vídeos referidos estão disponíveis no Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=e9F9k4guN3M&list=LL-pQcluyiT-MmMHYp4ZZs7g&index=176> e https://www.youtube.com/watch?v=-e5_vxGjetI&t=10s&list=LL-pQcluyiT-MmMHYp4ZZs7g&index=177. Acesso em: 07/02/2017.

MmMHYp4ZZs7g&index=177. Acesso em: 07/02/2017.

38 Idem.

39 Estamos aqui nos apropriando e alargando os sentidos da expressão com força conceitual cunhada por Hannah Arendt, que também é parte do subtítulo da sua obra **Eichmann em Jerusalém** — um relato sobre a banalidade do mal.

Referências Bibliográficas

- “Após assinar lei antigay, presidente de Uganda diz que homossexuais são ‘nojentos’”. In: *Veja.com*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/apos-assinar-lei-antigay-presidente-de-uganda-diz-que-homossexuais-sao-nojentos/>. Acesso em: 07/02/2017.
- ARENDR, Hanhah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BLAKE, Mariah. **Meet american pastor behind uganda's anti-gay crackdown**. Disponível em: <http://www.motherjones.com/politics/2014/03/scott-lively-anti-gay-law-uganda>. Acesso em: 07/02/2017.
- BOLTANSKI, Luc. “Nécessité et justification”. In: *Revue Économique*, v.53, nº 2, 2002.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/uganda#e81181>. Acesso em: 07/02/2017.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório 2017**. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/uganda>. Acesso em: 30/03/2017.
- EKINE, Sokari. “Narrativas contestadoras da África Queer”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol. 02, Nº 2 — jul./dez., 2016.
- MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Teologia queer e cristãos: Transições teológicas na Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM)”. In: **Mandrágora**, v. 22, nº 2, 2016, pp. 149-193.
- KAGGWA, Julius. **I'm an intersex ugandan — life has never felt more dangerous**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/16/intersex-ugandan-lgbt-gay-rights-life-never-felt-more-dangerous>. Acesso em: 03/04/2017.

MUSSKOPF, André. **Viadagens teológicas** — Itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo T. **Deus me aceita como eu sou?** A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. Tese doutorado Antropologia e Sociologia defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal K. “Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda: Redes Transnacionais de advocacy e a lei anti-homossexualidade”. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, 2014, pp. 273-302.

_____. **Desafios ao direito internacional em matéria de direito de identidade sexual:** a hostilidade a gays e lésbicas em Uganda. Arquivo pessoal (mimeo).

KARUGIRE, S. R. “A Political History of Uganda”. In: **Transafrican Journal of History**. Vol. 10, n. 1/2, 1981, pp. 187-189.

PEW RESEARCH CENTER. **The Global divide on homosexuality**. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality>. Acesso em: 08/02/2017.

SAUL, Heather. **Uganda anti-gay bill author David Bahati says Western aid cuts are a small price to pay**. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/uganda-anti-gay-bill-author->

[david-bahati-says-western-aid-cuts-are-a-small-price-to-pay-9165421.html](http://www.independent.co.uk/news/world/africa/uganda-anti-gay-bill-author-david-bahati-says-western-aid-cuts-are-a-small-price-to-pay-9165421.html). Acesso em: 07/02/2017.

SEXUAL MINORITIES UGANDA. **‘And That’s How I Survived Being Killed’:** Testimonies of Human Rights Abuses from Uganda’s Sexual and Gender Minorities. Abril, 2016. Disponível em: <https://sexualminoritiesuganda.com/press-statement-smug-report-finds-264-cases-of-human-rights-abuses/>. Acesso em: 07/04/2017.

TEXEIRA, Jacqueline Mores. **A mulher universal:** corpo, gênero e pedagogia da prosperidade. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016, v. 2.

“Uganda promulga lei que pune homossexualidade com prisão”. In: *Globo.com*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/uganda-promulga-lei-que-pune-homossexualidade-com-prisao.html>. Acesso em: 07/02/2017.

WALWER, Tim. “How Uganda was seduced by anti-gay conservative evangelicals”. In: *Independent*. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/how-uganda-was-seduced-by-anti-gay-conservative-evangelicals-9193593.html>. Acesso em: 07/02/2017.

Recebido em 14/04/2017
Aprovado em 30/04/2017